

O IEA e a criação de um Conselho Intelectual da USP

GERHARD MALNIC

DESDE a fundação do IEA, em 1986, tenho participado de suas atividades, inicialmente como vice-diretor no mandato de Carlos Guilherme Mota, de 1986 a 1990, depois no mandato de Alfredo Bosi, de 1997 a 2001, e, por fim, em meu mandato de diretor, de 2001 a 2003, interrompido por minha aposentadoria compulsória aos 70 anos.

No início do funcionamento do IEA, tivemos muitas atividades de grande expressão, com o convite a pesquisadores e intelectuais de alto nível, inclusive de alguns atores de reconhecido valor, e em muitos casos esses convidados se apresentaram no anfiteatro da USP, com muito interesse por parte do público e com a sala cheia. Nesses tempos iniciais, houve grande interesse pelo IEA, em parte pela novidade desse Instituto, e em parte devido ao dinamismo de seu primeiro diretor. Criaram-se naquela fase do Instituto muitos grupos de pesquisa e de debates, que se mantiveram por vários períodos administrativos.

Uma questão discutida na reunião dos ex-diretores é a possibilidade de reativar o IEA e voltar aos tempos iniciais do entusiasmo pela nova ideia. A reunião do dia 12 de agosto de 2011, comemorativa dos 25 anos do Instituto, teve discussões sobre vários aspectos ligados às atividades do IEA. Isso não quer dizer que sua atividade tenha deixado a desejar, mas várias sugestões foram feitas nesse sentido.

Desse ponto de vista, uma questão importante que foi levantada na ocasião diz respeito à maneira de representação no Conselho Universitário de várias pequenas unidades, como museus, Instituto de Estudos Brasileiros, e o próprio IEA, isto é, a representação escalonada dessas pequenas unidades, levando à quase permanente ausência do IEA desse Conselho.

Essa questão foi debatida na reunião do dia 12; uma solução proposta para uma melhor representação no Conselho Universitário (CO) seria a seguinte. Considerando que é pouco provável que todas as pequenas unidades possam adquirir uma representação permanente, poder-se-ia criar um Conselho Intelectual da Universidade, em paralelo ao CO atualmente existente, que tem característica essencialmente política.

Esse Conselho Intelectual, constituído por professores que sobressaíssem por sua estatura intelectual, poderia ser sediado no IEA, sendo seu diretor seu coordenador. Seria composto por número limitado de membros (10 ou 20), sendo sua eleição dependente de um mecanismo ainda a ser elaborado, mas se-

riam luminares intelectuais da Universidade. Sua função consistiria em elaborar propostas para problemas não políticos, que seriam criadas por um mecanismo não dependente de votação, mas ao qual seus membros chegariam por discussão.

Esse novo Conselho contribuiria para criar uma importante função para o IEA, bem como para a resolução de questões eventualmente fundamentais para a USP, questões que depois poderiam ser levadas ao CO para avaliação. Dessa forma, ter-se-ia um Conselho político, o CO para debates de questões de poder na Universidade, certamente dependentes da influência política das unidades, ligada em parte a seu tamanho e à sua importância econômica e histórica, e outro para debates intelectuais, de questões mais filosóficas ligadas às Universidades em geral. Isso seria um passo importante para permitir a discussão de algumas questões conceituais, que inclusive poderiam ser a base de futura revisão de estatutos.

Atualmente, o CO tem se limitado à discussão de questões mais de importância administrativa, que muitas vezes são urgentes e que devem ser resolvidas sem demora excessiva, mas sem tempo para uma reflexão mais profunda. A existência de um colegiado que se dedique a questões mais filosóficas ligadas a esta Universidade ou ao conceito geral de Universidades, e que não esteja limitado a questões de poder, certamente seria um progresso válido para debater o passado, o presente e o futuro dessas instituições.

Gerhard Malnic é professor do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo. Foi diretor do IEA no período 2001-2003. @ – gemalnic@usp.br

Recebido em 19.9.2011 e aceito em 25.9.2011.